



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES

PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2024

ASPECTOS DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, FISCAL, OPERACIONAL E
PATRIMONIAL

O presente relatório compõe a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Iconha-ES, na qualidade de ordenador de despesa, relativo ao exercício financeiro de 2024, conforme dispõe o item 2.4, do anexo III, da Instrução Normativa nº 068/2020 do TCE-ES.

Gestor Responsável: Ediana Carla Curitiba

Exercício: 2024

Gestor Responsável pelo Encaminhamento da PCA 2024: Moisés Pinto Marchiori

I – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária apresentada pela Tabela I foi apurada considerando os ingressos da natureza orçamentária, financeira e as despesas pela Câmara Municipal durante o ano de 2024:

Tabela I - Execução Orçamentária - Jan - Dez / 2024

EM R\$ MIL

Transferência Financeiras	Jan - dez 2024		
	Previsão (A)	Execução (B)	(B/A) %
Transferência Financeiras	3.300.000,00	3.300.000,00	
Depósitos vinculados liberados*	0,00	0,00	
Soma	3.300.000,00	3.300.000,00	100
Déficit de Execução	0,00		
Despesas	Jan - dez 2024		
	Fixação (A)	Execução (B)	(B/A) %
Despesas Correntes	3.198.000,00	3.029.790,55	
Despesas de Capital	102.000,00	57.949,40	
Soma	3.300.000,00	3.087.739,95	
Déficit de Execução	212.260,05		93,57



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES PODER LEGISLATIVO

A execução orçamentária referente ao período 2024 evidencia total transferência financeira constante da Lei Orçamentária para ano de 2024.

Não houve déficit do valor fixado de Duodécimo para o valor recebido.

Tabela II - Despesas por Categoria Econômicas - Jan-Dez / 2024

EM R\$		
Especificação	Jan-Dez 2024	%
I - DESPESAS CORRENTES	3.029.790,55	
Pessoal e Encargos Sociais	2.063.729,31	68,11
Juros e Encargos de Dívida		
Outras Despesas Correntes	966.061,24	31,89
II- DESPESAS DE CAPITAL	57.949,40	
Investimentos	57.949,40	100,00
Inversões Financeiras		
Amortização		
Devolução Transf. Financeira	52.013,11	
III- DESPESAS TOTAL	3.087.739,95	93,56

No quadro acima observamos que do total das Despesas Correntes, 68,11% foi gasto com pessoal e encargos sociais e 31,89% foi gasto com outras despesas correntes, ao passo que obtivemos R\$ 57.949,40 de gastos com investimentos. No exercício de 2024 houve devolução de saldo financeiro no valor de R\$ 186.141,47 ao Poder Executivo Municipal, sendo R\$ 29.991,42 referente ao duodécimo do ano de 2023 e R\$ 156.150,05 referente ao duodécimo de 2024. Também houve devolução de saldo de Rendimento de Aplicação Financeira no valor de R\$ 15.726,05.

II - LIMITE DE GASTOS COM O LEGISLATIVO MUNICIPAL

Os gastos com o Legislativo Municipal no transcorrer do exercício de 2024 somaram o montante de R\$ 3.087.739,95 dentro do limite constitucional de 7% (sete por cento) previsto no inciso III, artigo 29-A da Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES PODER LEGISLATIVO

Foi gasto o valor de R\$ 57.279,65 referente à servidora cedida para o Governo do Estado do Espírito Santo, que foi devolvido à Câmara dentro do ano de 2024.

O Total de Despesas com Pessoal e Encargos da Câmara Municipal foi de R\$ 2.063.729,31. O valor de R\$ 1.796.461,78 corresponde a Folha de Pagamento; e R\$ 257.673,89 refere-se a Encargos Sociais, mais despesa de R\$ 410.535,66 com Aporte referente ao plano de amortização de déficit atuarial prevista na Lei nº 605 de 11/08/2010, com as alterações da Lei nº 1.384 de 18/05/2023 (referente ao ano de 2024).

Considerando que o Poder Legislativo pode gastar até 70% do valor do Duodécimo com folha de Pagamento, a Câmara de Iconha respeitou esse limite, visto que, o gasto com folha citado acima corresponde a 62,54% do valor do Duodécimo de 2024.

III - GASTOS COM PESSOAL

Outro ponto relevante da Administração do Poder Legislativo diz respeito à participação da despesa com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL). Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de pessoal incorridas nos últimos 12 meses não devem ultrapassar 60% da RCL, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, conforme art. 20 da Lei nº 101/00.

Conforme demonstrado pela Tabela III, a despesa com pessoal do Poder Legislativo do exercício de 2024 permaneceu dentro do estabelecido pela LRF, pois os atos de gestão referente ao aumento de despesa com pessoal são planejados para que os Limites Legais estabelecidos sejam respeitados.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES PODER LEGISLATIVO

Tabela III - Demonstrativo Resumido de Despesas com Pessoal

Jan/2024 - Dez/2024

EM R\$ Mil

Despesas de Pessoal	No exercício de 2024	% RCL
Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas	2.063.729,31	
Outras Despesas de Pessoal		
Total Despesa Liquida com Pessoal	2.063.729,31	2,58
Receita Corrente Liquida (RCL)	79.852.900,23	100,00

IV - DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Composição de Suficiência de Caixa da Câmara Municipal de Iconha - Dezembro/2024

Em 31/12/2024, a Câmara Municipal teve disponibilidades financeiras. A Tabela Abaixo demonstra a composição das disponibilidades financeiras ao final de Dezembro de 2024.

Foi devolvido o valor de R\$ 186.141,47, sendo R\$ 29.991,42 referente ano de 2023 e R\$ 156.150,05 referente ao ano de 2024. A Câmara também obteve ganho de rendimento de aplicação financeira durante o exercício de 2024 no valor de R\$ 15.726,05 que foi repassado ao Poder Executivo Municipal, dentro do exercício.

Em R\$ MIL

Ativo disponível	Câmara
Caixa	0,00
Banco c/ Movimento	56.110,00
Aplicações Financeiras	0,00
Soma	56.110,00
Total	56.110,00



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES

PODER LEGISLATIVO

V – RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro da Câmara Municipal de Iconha foi positivo, ou seja, um **Superávit Financeiro** no valor de **R\$ 56.110,00**, resultante da diferença positiva do Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro, conforme demonstrado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial da presente Prestação de Contas Anual.

Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2 - Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) Valores em reais

Balanço Financeiro	(a) 56.110,00
Balanço Patrimonial	(b) 56.110,00
Divergência (a-b)	0,00

Verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

VI - RESTOS A PAGAR

Em 2024, a Câmara Municipal de Iconha teve o valor de R\$ 36.110,00 em Restos a Pagar.

VII – PATRIMÔNIO

A Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais apurou, no Inventário Anual de Bens Móveis, o valor de R\$ 493.683,66, e na Contabilidade, o valor de R\$ 493.683,66, constatou-se que os valores registrados no patrimônio está de acordo com os valores registrados na contabilidade em 31/12/2024, conforme tabela 10 em anexo na nota explicativa INVMOV.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES
PODER LEGISLATIVO
Demonstrativo Patrimonial

Saldo Anterior de Bens Móveis	R\$	434.845,69
Aquisições:		
(+) Aquisições Material Permanente	R\$	60.175,68
Baixas:		
(-) Baixa	R\$	1.337,71
(=) Saldo p/ o Exercício Seguinte	R\$	493.683,66

Saldo Anterior de Bens Imóveis	R\$	735.524,38
Aquisições:		
(+) Obras Incorporadas *	R\$	0,00
Baixas:		
(-) Baixa	R\$	0,00
(=) Saldo p/ o Exercício Seguinte	R\$	735.524,38

Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao superávit ou déficit do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 3 - Resultado Patrimonial – Exercício Atual Valores em reais

DVP	(a) 39.459,77
Balanço Patrimonial	(b) 39.459,77
Divergência (a-b)	0,00

Verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES PODER LEGISLATIVO

VIII – ALMOXARIFADO

O demonstrativo abaixo evidencia a movimentação do almoxarifado, demonstrando o saldo anterior, em dezembro de 2024 no valor de R\$ 1.760,15, somando às aquisições menos o consumo, ou seja, o resultado do saldo em estoque, que ficou em 31/12/2024, foi o valor de R\$ 8.285,64 , referente a materiais de expediente e materiais de higiene e limpeza.

O valor apurado de “Material de consumo” no valor de R\$ 32.097,96 (conforme Tabela 14 do Setor de Almoxarifado), refere-se ao total de aquisições de materiais de consumo, incluindo os gastos no regime de adiantamento de suprimento de fundos que também tramitam pelo setor de almoxarifado e que foram consumidos no exercício de 2024, e saída no valor de R\$ 30.741,70, ficando um saldo de R\$ 1.874,81 para 2025 (conta contábil 115610100000).

O valor apurado de “Gêneros Alimentícios” foi de R\$ 11.085,08 de entrada bem como de saída, não restando saldo para o exercício seguinte (conta contábil 115610200000).

O valor apurado de “Material de Expediente” foi de R\$ 8.443,11 referente a aquisições e R\$ 3.273,88 referente às saídas, ficando um saldo de R\$ 6.410,83 para 2025 (conta contábil 115610700000).

Demonstrativo dos valores do Almoxarifado

Saldo Anterior	R\$	1.760,15
Aquisições:		
(+) Aquisições Material de Consumo	R\$	32.097,96
(+) Aquisições de Gêneros Alimentícios	R\$	11.085,08
(+) Aquisições de Material de Expediente	R\$	8.443,11
Saídas:		
(-) Saídas por requisição Material de Consumo	R\$	30.741,70
(-) Saídas por requisição Gêneros Alimentícios	R\$	11.085,08
(-) Saídas por requisição Material de Expediente	R\$	3.273,88
(=) Saldo p/ o Exercício Seguinte	R\$	8.285,64



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES

PODER LEGISLATIVO

IX - Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964

Entende-se que os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 4 - Comparativo dos saldos devedores e credores Valores em reais

Saldos Devedores (a) = I + II	4.364.398,53
Ativo (BALPAT) – I	1.103.858,30
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	3.260.540,23
Saldos Credores (b) = III – IV + V	4.364.398,53
Passivo (BALPAT) – III	1.103.858,30
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	39.459,77
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	3.300.000,00
Divergência (c) = (a) - (b)	0,00

Pelo exposto, verifica-se observância ao método das partidas dobradas.

X – Gestão Pública

No tocante a Gestão Pública, no que se refere a Execução Orçamentária, A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, Lei 1435/2023, estimou a receita e fixou a despesa para o exercício em análise, sendo a despesa total da Câmara Municipal fixada em R\$ 3.300.000,00.

A execução orçamentária da Câmara Municipal representa 97,33% da dotação atualizada, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

Tabela 5 - Execução orçamentária da despesa

Valores em reais

Unidades gestoras	Dotação Atualizada	Execução	% Execução
Câmara Municipal	3.300.000,00	3.087.739,95	93,57

Constatou-se que, no decorrer da execução orçamentária, ocorreu abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado:



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA – ES PODER LEGISLATIVO

Tabela 6 - Créditos adicionais abertos no exercício

Valores em reais

Leis	Créditos adicionais suplementares	Créditos adicionais especiais	Créditos adicionais extraordinários	Total
1435/2023 (LOA)	460.967,70	0,00	0,00	460.967,70
Total	460.967,70	0,00	0,00	460.967,70

Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais

De acordo com a dotação inicial e as movimentações de créditos orçamentários, constata-se que não houve alteração na dotação inicial, conforme segue.

Tabela 7 - Despesa total fixada

Valores em reais

(=) Dotação inicial	3.300.000,00
(+) Créditos adicionais suplementares	460.967,70
(+) Créditos adicionais especiais	0,00
(+) Créditos adicionais extraordinários	0,00
(-) Anulação de dotações	460.967,70
(=) Dotação atualizada	3.000.000,00

BALEXOD, Controle do Demonstrativo dos Créditos Adicionais

Verifica-se ainda que os créditos adicionais autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo, conforme determina o artigo 42 da Lei 4.320/1964.

Para assegurar uma boa gestão dos recursos públicos foram observados os princípios da Administração Pública, em especial, da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, buscando-se garantir uma boa gestão e transparência ao cidadão.

Iconha - ES, 20 de Março de 2025.

Moisés Pinto Marchiori

Presidente